

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: folha de São Paulo

Class.: 59

Data: 13 de julho de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

**34ª Reunião Anual da SBPC**

**O Projeto Carajás  
aumentará dívida,  
afirma debatedor**

O Projeto Grande Carajás não é a "redenção do Brasil" nem conseguirá resgatar a dívida externa do País como apregoa o governo. Esta é a principal conclusão que pode ser extraída da série de entrevistas e debates promovidos ontem, na reunião da SBPC em Campinas.

"Nós temos certeza de que os problemas do modelo econômico não se resolverão da maneira como o governo pretende e poderão agravar-se ainda mais dentro da perspectiva imediatista com que o projeto de exploração de minério em Carajás está sendo visto", afirmou o engenheiro de minas da Universidade Federal de Minas Gerais, Otávio Elísio Alves de Brito.

Isso porque, segundo explicou, grande parte da dívida externa brasileira, o principal problema do balanço de pagamentos, está vencendo nos próximos cinco anos e de modo algum o Programa Grande Carajás, que inclui a exploração de minério de ferro, e que está em fase de implantação, conseguirá tal façanha.

Pelo contrário, advertiu o professor Alves de Brito:

"Dentro do ritmo que o programa está sendo proposto, a dívida externa vai agravar-se ainda mais, devido à necessidade de captação de recursos externos que já está sendo feita a elevadas taxas de juros."

**COMPROMETENDO RECURSOS**

O professor Alves de Brito faz parte de uma comissão constituída no ano passado pela SBPC para estudar o problema de Carajás e uma das conclusões a que essa comissão chegou é de que, além de ser ineficaz na tentativa de solução dos problemas de balanço de pagamentos, o programa da exploração de minérios em Carajás está comprometendo os nossos recursos minerais, que do ponto de vista estratégico são importantes para o desenvolvimento futuro do País.

O tom do discurso dos participantes dos debates de ontem foi enérgico. Todos foram unânimes em afirmar que na corrida para a captação de recursos o Brasil está colocando em leilão os seus recursos minerais, e está vendendo a soberania do País num setor vital para a nossa economia e desenvolvimento.

Já o ex-ministro Severo Gomes esclareceu que a participação estatal no programa está restrita à exportação do minério de ferro, a parte menos rentável de todo o projeto. Além de todos esses problemas, surge a questão fundamental do homem, marginalizado em todo o programa. As informações colhidas durante o debate dão conta de que 217 mil famílias de posseiros vivem naquela região, que compreende parte dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás. Eles estão sendo desalojados e marginalizados econômica e socialmente, no lugar de onde antes obtinham a sua sobrevivência.

**NÃO É NACIONAL**

"O Projeto Grande Carajás não é um projeto nacional. Ele não foi gerado dentro do País e representa um enclave em território nacional", afirmou, contundente, o ex-ministro Severo Gomes, um dos debatedores da reunião de ontem. Para ele, os países desenvolvidos têm profundo interesse naquela região, pois os recursos naturais, como é o caso do ferro, níquel, estanho, bauxita e outros, encontrados em Carajás, não são renováveis e são essenciais para aqueles países. "Eles (os países desenvolvidos) precisam se apropriar e controlar os recursos naturais do mundo e o fazem às custas da poupança interna dos países onde se instalam."

Para Severo Gomes, a política mineral brasileira está caminhando para a criação de um enclave externo em nosso território, com consequências futuras imprevisíveis — ou nem tanto: "Para manter tais recursos, os países centrais estarão dispostos a ações políticas e militares graves e duras", enfatizou ele.

**Crítica é útil,  
diz o governo**

"As críticas que estamos recebendo são premonições de possíveis erros que pretendemos não cometer, mas que são muito valiosas, porque servem de advertência para eventuais erros que seriam fatais." Com essa afirmação, o secretário executivo da Comissão Interministerial do Projeto Grande Carajás, Nestor Jost, procurou refutar todas as críticas que estão sendo feitas ao programa de exploração de minérios ao participar, ontem, de debates dentro da 34.ª Reunião Anual da SBPC.

Dentre as críticas, Nestor Jost admitiu que "apenas uma delas é procedente: a falta de esclarecimento sobre o projeto". No entanto, assinalou que, "além de ser um projeto aberto, ele ainda não está definido totalmente e tampouco perfeitamente delineado. Por enquanto, só temos a perspectiva da exploração mineiral e da implantação de infra-estrutura básica".

Segundo disse, a instalação da infra-estrutura em Carajás contribuirá para o enriquecimento de uma grande região, com um conseqüente desenvolvimento, que levará emprego às populações próximas.

**DÍVIDA**

Por outro lado, ele procurou desmentir as afirmações de que o Brasil estaria buscando captar recursos no Exterior, utilizando-se do projeto Carajás como aval de novos empréstimos, o que, no entender de integrantes da comissão da SBPC para Carajás, contribuiria para agravar o balanço de pagamentos, ao invés de equilibrá-la.

"Carajás não foi concebida para promover o pagamento da dívida externa brasileira. O que nós procuramos é o equilíbrio regional. Assim, o projeto surge para fortalecer a economia nacional. Por enquanto, o Brasil está buscando recursos externos para saldar sua dívida, mas esses recursos são normalmente concedidos com base em empreendimentos que o País realiza", afirmou Jost.

Dessa forma, apançou que "parte dos três bilhões de dólares já obtidos no Exterior e destinados ao projeto de minérios trará benefícios ao giro da dívida e melhorará o quadro de liquidez". Segundo ele, estudos comprovam que "só o processo de mineração e transferência mineral do Carajás será suficiente para garantir o serviço de sua dívida; restando ainda um saldo a ser aplicado em infra-estrutura".

Quanto ao projeto de exploração imediata de ferro, criticado como não sendo compensador no momento, Nestor Jost disse que ele irá remunerar o custo da ferrovia que será construída, além de promover obras que vão melhorar a navegabilidade dos rios Tocantins e Araguaia.

Em relação às críticas referentes aos baixos preços do minério, Nestor Jost concordou que existe uma conjuntura de retração no mercado, mas ponderou que o porto de Tubarão se encontra mais próximo do mercado europeu, fato que, associado ao mineral de boa qualidade, proporcionaria maior rentabilidade, uma vez que os fretes serão mais baratos.

"Nesse ponto — acentuou — temos um trunfo nas mãos. Enquanto a Vale do Rio Doce vende material com 36% de minério a 20 dólares, poderemos vender o de 66% a 30 dólares, com o dispêndio de menos energia. E isso fará com que haja uma procura maior."

Para Jost, a reserva mineral de Carajás dará condições para "abastecer o mundo, entre 200 e 300 anos, de bauxita e manganês".